

# CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

## Olinda Patrimônio da Humanidade

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 2º QUADRIMESTRE DE 2019 DA SECRETARIA DA FAZENDA DO MUNICÍPIO DE OLINDA, REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2019.

Às treze horas do dia vinte e cinco de setembro de dois mil e dezenove, no Plenário da Câmara Municipal de Olinda, teve início a Audiência Pública sobre a prestação de contas das Metas Fiscais do Município referente ao 2º quadrimestre de 2019 (2º Relatório Detalhado Quadrimestral - RDQ). **O vereador Jorge Federal assumiu a presidência e declarou aberta a Audiência Pública.** Inicialmente a Mesa foi composta pelas seguintes autoridades: Jorge Federal (Vereador e Presidente desta Casa), Graça Fonseca (Secretária desta Audiência e vereadora desta Casa) e Luciano Ramos Brasileiro (Secretário Executivo da Fazenda). O Presidente concedeu a palavra ao Secretário Executivo da Fazenda, Luciano Brasileiro. Luciano iniciou a apresentação de slides comentando a base legal desta audiência pública, que se encontra no art. 9º, §4º da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). **SECRETÁRIO EXECUTIVO DA FAZENDA (LUCIANO BRASILEIRO):** “Boa tarde, vereador Jorge Federal, Presidente desta Casa Legislativa; vereadora Graça; boa tarde a todos a todas. A base legal, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000), em particular no seu art. 9º, §4º, que diz que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública, na comissão referida no parágrafo primeiro do artigo 166 da nossa Constituição ou equivalentes nas Casas Legislativas estaduais e municipais, no nosso caso, na nossa Casa Legislativa Câmara Municipal de Olinda. Relatório de Gestão Fiscal refere-se ao Anexo 1 (Art. 54 e 55 da LRF) – Período: 2º Quadrimestre de 2019 (acumulado de janeiro a agosto). **Despesa Total com Pessoal do Executivo.** Esse primeiro quadro mostra os gastos com pessoal sobre a Receita Corrente Líquida. A Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu artigo 22, aponta 3 limites: o limite máximo, o limite prudencial e o limite legal. O limite legal (48,60%), o limite prudencial (51,30%) e o limite máximo (54,00%) do total da Receita Corrente Líquida. Esse é um indicador que a gente apura com base na Receita dos últimos 12 meses, então a gente aí está falando de uma receita de 4 meses de 2018 (setembro, outubro, novembro e dezembro) e os 8 meses de 2019 (janeiro a agosto), o somatório desses 12 meses implicou no montante de RCL = R\$ 606.804.606,58. O gasto com pessoal foi de 49,72%, ou seja, abaixo do limite prudencial (51,3%). **Demonstrativo do Montante Aportado ao Fundo de Previdência Social do Município.** A gente sempre traz esse dado a partir do exercício de 2017. O montante aportado em foi de R\$ 47.984.010,25, já aqui apresentado em outras audiências. Em 2018, R\$ 56.879.975,12. E até agora, janeiro a agosto de 2019, R\$ 42.618.070,52. Traçamos também um dado de uma previsão para conclusão do exercício de 2019 que esse montante chega próximo a R\$ 68.000.000,00 a ser aportado nesse ano. Isso mostra uma situação crítica que, não só o Município de Olinda, mas boa parte dos Municípios da federação, como também os próprios Estados precisam ter que equacionar. **Limite de Despesas com Operações de Crédito.** O limite legal no inciso I, artigo 7º da Resolução 043/2001, imputa que os Municípios podem gastar com Operações de Crédito até 16% da sua Receita Corrente Líquida (R\$ 97.088.737,05). Até o presente momento, a gente pode falar também de forma retroativa, 2017 e 2018, não há nenhuma operação de crédito e isso deixa Olinda com a condição, com base na Resolução 43, de caso necessite, poder aportar financiamento nessa ordem de 97 milhões. **Limite de Despesas com Antecipação de Receita Orçamentária.** Aqui a gente fala do limite legal para, caso o Município necessite, com base numa aprovação dessa Casa, antecipar receita orçamentária do exercício futuro. O artigo 10º da Resolução 43 do Senado Federal diz que essa antecipação tem que ser até 7% sobre a Receita Corrente Líquida (R\$ 42.476.322,46). Olinda não antecipou receita de exercício futuro. **Previsão/Realização da Arrecadação (até o 2º quadrimestre 2019).** A gente está falando do montante consolidado de janeiro a agosto. A previsão da receita anual é de R\$ 685.451.305,00. Nesses 8 meses, Olinda arrecadou R\$ 462.255.404,10 (67,44%). Se a gente observar que o 2º quadrimestre é a conclusão de 2/3 do exercício, se a gente tivesse efetivamente aferido o montante de 2/3 da projeção da receita do ano, a gente teria um percentual de 66,66%. Então, a gente está um pouco acima (67,44%). **Receita Prevista/Realizada (até o 2º quadrimestre).** A receita prevista

## CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

### Olinda Patrimônio da Humanidade

ISS, do IRRF e outras Taxas. Está previsto na LOA de 2019, para o ano R\$ 160.345.205,00 e realizamos desse valor R\$ 114.943.759,98. Analisando a partir desse dado que nós falamos no slide anterior, que se trata da realização de 2/3 do nosso orçamento, então ali nós teríamos que ter também 66,66% e a gente está verificando que nesse conjunto de receita, a gente está acima do previsto, algo em torno de 5% (de 66,66%, estamos com 71,69%). As Contribuições para o Fundo da Previdência e a Contribuição para Iluminação Pública estão previstas em R\$ 39.236.000,00, realizamos R\$ 19.797.685,52, alguém dos 2/3 previstos. As Receitas Patrimoniais, principalmente as receitas oriundas dos Laudêmios e também as receitas oriundas das Aplicações Financeiras, estão previstas para o ano R\$ 20.583.000,00. Foi aferido até então R\$ 10.906.719,41. As Transferências Correntes (FPM, ICMS, IPVA, IPI), aquelas oriundas dos entes Estado e União, temos previsto R\$ 214.716.000,00 para o ano, até então realizamos R\$ 149.058.813,44 (69,42%), ou seja, algo em torno de 2,70% acima da previsão. As Receitas de Capital, R\$ 98.313.795,00, são as receitas oriundas das captações de convênios, principalmente com os entes Estado e União, realizamos até então R\$ 2.702.084,23 (2,75%). Eu lembro que, na primeira audiência em que participei aqui em 2017, referente ao fechamento do exercício de 2016, a gente tinha nessas Receitas de Capitais menos de 1% aferido no ano todo. Olinda tem conseguido não só destravar a maioria dos seus convênios realizados em gestão anteriores e bloqueados por problemas diversos, dentre eles problemas de prestações de contas, não só como também a gente tem crescendo nessa condição de aporte de capital, mesmo sabendo das dificuldades, principalmente do Governo Federal, em estar aportando para convênios novos. A gente já está, nesse ano, com R\$ 2.702.084,23, que representam 2,75%. **Receita Tributária Prevista/Realizada (até o 2º quadrimestre).** Estratificando ainda mais as Receitas Tributárias, nós temos as 3 principais: IPTU, ITBI e o ISS. IPTU, a gente tem previsto para o ano R\$ 40.831.205,00, realizamos R\$ 23.783.741,03 (58,25%), abaixo dos 2/3 que seria 66,66%. ITBI, R\$ 4.980.000,00, até então R\$ 4.154.374,83 (83,42%), acima dos 66,66%. Esse indicador é interessante porque mostra que a economia de Olinda, de certa forma, está acelerada, porque ele retrata bem a compra e venda do mercado imobiliário de Olinda. O ISS também é um indicador interessante do ponto de vista econômico, está previsto na nossa LOA para o ano de 2019 R\$ 68.649.000,00, realizamos R\$ 50.913.694,51 nesses 8 meses, o que aponta para R\$ 74,16, algo em torno de 8% quase acima dos 2/3 dessa previsão. **Receitas de Transferências Correntes (até o 2º quadrimestre).** Estamos aqui também estratificando melhor as receitas de Transferências Correntes. FPM, ICMS, IPVA, IPI sobre Exportação, Fundo Especial de Petróleo (FEP) e FUNDEB. A receita prevista para o ano do FPM foi de R\$ 75.996.000,00 (67,99%), ou seja, um pouco acima do 66,66%. ICMS, que é o repasse da contrapartida do Município feito através do Estado, R\$ 113.120.000,00 previsto, R\$ 71.821.910,92 realizado, apontando para 63,49%, abaixo do 66,66%. Então, fica aqui um dado que mostra que desses 2 grandes conjuntos de receitas de Transferência Corrente Líquida, o FPM e o ICMS, o ICMS está abaixo do que nós esperamos e o FPM está um pouco acima do previsto. IPI sobre Exportação, estamos acima dos 2/3 (88,62%). IPVA, também acima, esse é um indicador econômico também, mostra que o número de veículos emplacados em Olinda aumentou acima do que foi previsto na nossa LOA. O FEP também aumentou e o FUNDEB também teve um aumento significativo, que fez com que Olinda fosse o primeiro Município no Estado de Pernambuco a dar integralmente a todas as categorias dos docentes da rede o percentual estabelecido pelo governo para o piso básico da educação. Então, Olinda foi e deu retroativo a janeiro, foi o primeiro município a acenar para todas as categorias de professores o percentual integral estabelecido para o piso da educação. **Contribuições de Iluminação Pública (até o 2º quadrimestre).** Aí nós temos a CIP, a Contribuição da Iluminação Pública, previsto para o ano R\$ 22.148.950,00, realizamos R\$ 9.807.266,83, bem abaixo do previsto (44,28%). **Receitas Patrimoniais (até o 2º quadrimestre).** As receitas das Aplicações Financeiras, temos a previsão na LOA para o ano de R\$ 10.353.000,00, até o final de agosto já realizamos R\$ 7.053.859,03 (68,13%), ou seja, acima dos 2/3 previstos, isso mostra que os recursos disponíveis em conta corrente nas contas da Prefeitura estão sendo bem aplicados. **Aplicação de Recursos na Educação (até o 2º quadrimestre).** O total da receita vinculada foi R\$ 282.469.126,69, a lei estabelece que deva ser aplicado 25% o que daria um montante de R\$

## CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

### Olinda Patrimônio da Humanidade

obrigação de aplicar 25% é no ano, aí a gente tem a aplicação só no período de 8 meses, ficam de fora então os grandes grupos de despesas, principalmente de pessoal, onde nós temos as férias dos professores, que são realizadas e pagas em dezembro, bem como o 13º. Nesse ano a nossa projeção é que a gente deva fechar o ano com 26.7 a 27% da Receita Corrente Líquida aferida pelo Município na Educação. **Aplicação de Recursos na Saúde (até o 2º quadrimestre).** Como já foi apresentado pela doutora Ana na audiência anterior, Olinda até 31 de agosto aplicou 14,37% do total das receitas vinculadas à Saúde (R\$ 278.414.058,87), então do mesmo jeito que na Educação, esse último quadrimestre é o quadrimestre onde se implementa um número maior de gastos do que nos 2 anteriores, e a receita também tem um comportamento contrário. A receita maior no Município, principalmente as receitas próprias, se dá de uma maneira mais elevada no primeiro quadrimestre, exemplo do IPTU, mais de 30% oriunda da receita do IPTU se realiza através da parcela única que é cobrada no mês de fevereiro. IPVA, que a gente viu que Olinda já recebeu mais de 100% da receita prevista do IPVA, a gente sabe que o IPVA é cobrado pelo Governo do Estado nos primeiros 3 meses para os carros usados e para os carros novos na proporção do ano, por exemplo, quem comprar carro agora em setembro vai pagar proporcional ao restante do ano, então paga só 3/12 de IPVA. Então, a receita se comporta a maior nos primeiros 2 quadrimestres, quando as despesas acontecem de forma mais linear e, em particular, no primeiro quadrimestre, as despesas com pessoal tendem a crescer por conta do 13º e por conta das férias. **Execução Orçamentária 2019 (até o 2º quadrimestre).** Nesse próximo slide, a gente está apresentando a Execução Orçamentária por unidade gestora, por secretaria. Então, a gente tem a Procuradoria Geral do Município com um orçamento de R\$ 13.971.000,00 para o ano todo e até então realizou 63,93% do seu orçamento, ou seja, realizou despesas de R\$ 8.931.183,42. A Secretaria da Fazenda, Administração e Planejamento, orçamento para o ano todo de R\$ 56.340.450,00, realizou até então 62,02%, totalizando R\$ 34.942.233,26. Secretaria de Governo, R\$ 7.017.000,00, realizou até o momento 50,47% (R\$ 3.541.314,32). Secretaria de Educação, Esporte e Juventude, R\$ 61.618.000,00, já foi realizado 68,01% (R\$ 41.908.939,75). Esse indicador é interessante porque confirma que Olinda vai terminar o exercício gastando os seus 26 a 27%, ou seja, acima dos 25% da Educação, porque ele já mostra o que já foi empenhado e o que foi contratado de despesas no exercício, então mesmo aquele indicador anterior de aplicação, porque aquele indicador anterior de aplicação é empenhos liquidados e pagos, esse aí a gente tem os contratos que foram empenhados, carentes ainda de liquidação e alguns de pagamento. Então, a gente tem apontado para a Secretaria de Educação e Esportes 68,01%, se a gente entender que esses R\$ 61.618.000,00 representam, no nosso orçamento, 26,5% do total do orçamento, então em tese a gente está gastando acima dos 26,5% previsto, que no caso seria 66,66%. Saúde a mesma coisa, a gente tem R\$ 58.754.650,00 de orçamento para uma realização de R\$ 43.033.071,34, ou seja, 68,14%, logo, acima dos 66,66% e entendendo que esses 58 milhões de orçamento anual apontam para uma aplicação de gastos na Saúde superior a 16%, próximo dos 17%. Cultura, Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento Econômico, R\$ 9.599.285,00, realizamos R\$ 6.144.610,67, ou seja, 64,01%. Segurança Urbana, R\$ 10.618.000,00 aplicamos R\$ 6.327.193,86, o que aponta para 59,59% do orçamento anual. Desenvolvimento Social, R\$ 10.062.000,00, aplicamos, com a realização de despesas, R\$ 5.476.300,77 (54,43%). Comunicação, R\$ 3.754.000,00, aplicamos R\$ 2.852.580,01 (75,99%). Meio Ambiente, Controle Urbano e Natural, R\$ 7.689.000,00, aplicamos R\$ 4.250.067,08 (55,27%). Infraestrutura R\$ 82.015.420,00 / R\$ 47.513.089,17 (57,93%) Transporte e Trânsito, R\$ 7.357.000,00 aplicamos R\$ 4.481.325,88 (60,91%). **Pagamento dos Precatórios (até o 2º quadrimestre).** Esse quadro é interessante, ele mostra o quanto Olinda paga de precatórios por mês. Lembrando que precatórios são ações que viraram sentenças, após todos os recursos, e Olinda é notificada pelo Tribunal de Justiça a pagar essas sentenças. Todas essas sentenças lançadas até 30 de junho do ano anterior, devem ser pagas até 31 de dezembro do ano seguinte. Ou seja, todas as sentenças que viram precatórios lançados até 30 de junho de 2018, Olinda tem que pagar 1/12 por mês até 31 de dezembro, e 1/12 totalizam R\$ 467.390,37. Olinda é o primeiro município de Pernambuco a sair (vai sair) do regime especial de precatórios. No regime especial de precatórios, Emenda 99, Olinda é obrigado a recolher numa conta específica para o Tribunal de Justiça, 1% de sua Receita Corrente

## CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

### Olinda Patrimônio da Humanidade

*núcleo de precatórios no Tribunal de Justiça, fui acompanhado pelo procurador geral do Município, doutor Rafael, para apresentar e também requerer que Olinda saísse do regime especial porque todos os precatórios lançados até então foram pagos. Olinda não deve mais precatórios. Olinda não tem mais precatórios em atraso, em aberto, ou seja, Olinda só tem precatórios lançados de janeiro 2018 a 30 de junho de 2018, não há nenhum precatório em aberto, como nos outros municípios referentes a exercícios anteriores. Então, eu fui lá pleitear que Olinda não recolhesse mais nenhum centavo referente a precatórios nos meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro. Aí o juiz disse que parabenizava Olinda por todo esse esforço, reconheceu até que a gestão atual do Professor Lupércio recebeu uma dívida de precatórios alta das gestões anteriores e que fez realmente todo o esforço e vem mantendo essa obrigação mensalmente, sem atrasar e isso fez com que Olinda saísse do regime especial cuja Emenda 99 aponta a obrigatoriedade de sair em 2024. Então Olinda, como Município único no estado de Pernambuco, está saindo agora em 2019, ou seja, 5 anos antes do que é previsto na Emenda 99 e infelizmente a gente vai ter que contribuir até dezembro por conta de uma recomendação do Conselho Nacional de Justiça, que disse que mesmo saindo, Olinda só vai poder requerer a saída a partir de 2020, então a gente vai ficar com esse crédito aí de 5 meses de R\$ 467.390,37 que vai dar algo em torno de 2 milhões e meio em 2020, uma situação fiscal muito interessante para o nosso Município.”*

**PRESIDENTE (JORGE FEDERAL):** *“Ouidas as explicações do secretário Luciano Brasileiro, eu já me coloco desde já satisfeito pelas explicações, só pontuei na questão da Secretaria de Ação Social uma utilização de somente 50% da receita própria da secretaria, que eu vejo que é uma secretaria que demanda uma necessidade grande, haja vista os problemas sociais que existem no Município e na de Meio Ambiente, mas nada que seja fora, não há uma distância que seja consubstancial. Então, eu queria primeiro dizer da satisfação de poder recepcionar esses dados da secretaria. Com relação aos precatórios também, parabenizar por essa conduta, que está tendo com relação a essas dívidas e desejar que se mantenha até o final do ano essa receita, que é uma receita que a gente tem essa possibilidade de se manter para poder justamente as secretarias trabalharem de acordo com a sua gestão orçamentária. Então, eu queria desde já parabenizar e dizer que, qualquer dívida também, eu estou com o relatório aqui, eu posso pontuar mais adiante durante o decorrer desse quadrimestre até o final do ano se houver alguma necessidade, mas desde já estou satisfeito.”* O Presidente concedeu a palavra à vereadora Graça Fonseca. Graça afirmou ter ficado satisfeita com a apresentação, parabenizando toda a gestão municipal pelo bom uso do dinheiro público. **O Presidente iniciou a concessão da palavra para os presentes na galeria.** O Presidente concedeu a palavra ao secretário legislativo Júnior Lyra. Júnior questionou sobre a diferença dos valores da receita total apresentada até agosto (462 milhões de reais) e o valor da receita total até julho no site do Tribunal de Contas (357 milhões de reais). Ele se mostrou contra à realização do empréstimo de 20 milhões para as obras de requalificação envolvendo a Avenida Presidente Kennedy, afirmando haver outras fontes de recursos a exemplo do crédito dos Precatórios. Criticou o incremento nas Receitas de Capital, quando o que foi executado até agora foi apenas 2,75% de 96 milhões de reais, ressaltando que essa diretriz orçamentária não será atingida até o final do ano. Perguntou o que havia acontecido para se ter uma reestimativa de receita de 650 milhões (LDO) para 680 milhões (RDQ). Indagou a fala do secretário Luciano quanto à afirmativa de que os 467 mil reais dos Precatórios equivaleriam a 1% da Receita Corrente Líquida, quando este valor é de 606 milhões de reais. O Presidente concedeu a palavra ao senhor Gilson Braga, conselheiro municipal da criança e do adolescente e da assistência social. Gilson revelou que o Governo Federal não repassa há 3 meses os recursos orçamentários para o Fundo da Criança e Adolescente e que Governo Municipal não repassa os devidos recursos à Assistência Social, questionando o motivo do ente municipal ter suspenso esse pagamento. O Presidente concedeu a palavra à senhora Jocelma. Jocelma defendeu a realização do empréstimo desde que este atenda seus fins de interesse público e seja destinado ao crescimento do município. **Resposta do secretário Luciano Brasileiro às indagações. SECRETÁRIO EXECUTIVO DA FAZENDA (LUCIANO BRASILEIRO):** *“Primeiramente, essa questão do orçamento da secretaria de Desenvolvimento Social. Esse orçamento apresentado por secretaria é o orçamento correspondente à Fonte 101. fonte de recursos próprios. A secretaria de Desenvolvimento*

## CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

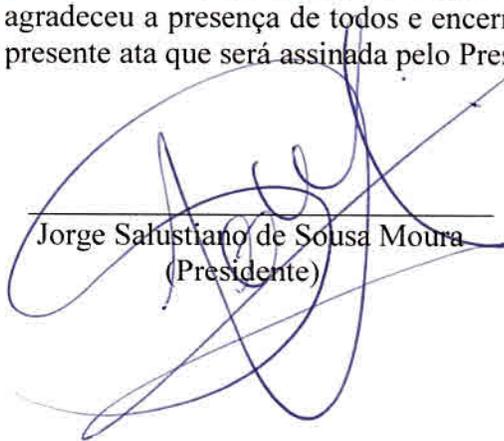
### Olinda Patrimônio da Humanidade

*Adolescente. A receita aferida por esses Fundos é que financia boa parte da Assistência Social, Direitos Humanos, Direitos da Mulher, etc. Aí é a fonte de recursos próprios, que equivale a esses R\$ 10.062.000,00, ou seja, Olinda não gasta com esses programas apenas R\$ 10.062.000,00 como está aí projetado para o ano de 2019, gasta esse montante de recursos próprios (Fonte 101) e soma-se a essa fonte as outras fontes dos programas específicos, como eu citei o Fundo do Idoso, o Fundo da Criança e do Adolescente. Com relação aos precatórios, eu falei que Olinda ia sair a partir de 2020, poderia ter sido esse ano no meu entendimento, mas segundo o juiz doutor Henrique, o Conselho Nacional de Justiça não permitia isso, tendo em vista que esse pleito foi feito no segundo semestre. Se a gente tivesse feito e eu não podia fazer, porque a gente ainda estava pagando os precatórios, se esse pleito tivesse sido feito no primeiro semestre, então seria dado a Olinda essa condição de sair do regime especial, fato esse que vai acontecer, acredito eu, em 2020, até 30 de junho a gente deve requerer junto ao Núcleo de Precatórios do Tribunal de Justiça a saída do regime especial. Isso não implica dizer que Olinda não vai mais pagar precatório, Olinda continuar pagando precatório sim, não existe nenhum município nessa condição de não ter nenhum litígio na Justiça que faça com que ela não tenha nenhuma sentença executada a ser liquidada. Só que, ao sair do regime especial, a gente fica livre dessa obrigação de estar recolhendo 1% da Receita Corrente Líquida, independente do montante de precatórios lançados. E aí já respondendo a outra pergunta nesse mesmo diapasão, que é precatórios, por que 1% tendo em vista a receita apresentada de 606 milhões, por que 1% não daria os 600 e poucos mil e sim 467 como apresentei? Porque é 1% sobre a receita própria (Fonte 101). Esse 606 é a receita total, incluindo aí as receitas dos Fundos (da Saúde, da Criança e do Adolescente, do Idoso e todos os outros Fundos), é que totaliza essa receita total, não é sobre essa receita total, até porque esses fundos, como por exemplo o FUNDEB, são receitas vinculadas, ela não pode ser destinada a pagar precatórios, inclusive é o próprio espírito da Emenda 99, resguarda a utilização de recursos desse fundo porque esses fundos são receitas vinculadas para pagamento de precatórios, está aí essa diferença. Com relação a essa discussão sobre possível financiamento, eu acho que não cabe a mim antecipar essa discussão. Eu poderia falar enquanto secretário executivo da Fazenda de Olinda se encontra hoje na melhor situação e eu falo isso e os números não me deixam mentir. Olinda se encontra com certeza na melhor situação financeira da década. Se vocês pegarem a situação de Olinda lá em 2010 aos dias atuais (2019), a melhor situação de equilíbrio financeiro nesses anos está lá em Olinda e é fácil, é só verificar, e você como um bom financeiro e contador sabe muito bem disso, é só verificar o Índice de Liquidez de Olinda, que é extremamente positivo. E essa condição fez, por exemplo, Olinda já ter alguns louros por conta desse equilíbrio fiscal, consequentemente por conta desse equilíbrio financeiro. Um deles: sair dessa condição do regime especial de precatórios. Segundo: quando a gente fala em operação financeira, obviamente a gente está falando em instituições financeiras. Nenhuma instituição financeira iria aportar recurso, principalmente nesta situação em que se encontram a maioria dos municípios, iria aportar recursos se o município oferecesse algum risco de crédito. E quando nós chegamos em Olinda em 2017, uma das preocupações do Professor Lupércio é que Olinda tivesse e se mantivesse, ao longo de sua gestão, com todo o compromisso, com toda a responsabilidade fiscal e, diante dessa orientação maior, diante desse norte, a gente procurou honrar com todos os compromissos, manter em dia o pagamento com as obrigações constitucionais, cumprir todos os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal e honrar com seus credores diversos. Feito isso, abriu-se a possibilidade de Olinda reavaliar suas condições de crédito. A gente que trabalha com finanças sabe que todos esses bancos, todas essas instituições traçam um rating de crédito para todos os seus prováveis tomadores de recursos. No Banco do Brasil, eles têm um rating de crédito, uma classificação de risco de crédito que vai de A a E, onde A é o tomador em potencial do crédito que oferece menor risco e E é a classificação do tomador que oferece o maior risco para a instituição. Significa dizer que A o banco empresta de olho fechado e E o banco não empresta. Quando nós chegamos em 2017, o rating de crédito de Olinda era D, ou seja, o segundo maior risco de crédito, aí a gente entrou em contato com as instituições financeiras, só dando o exemplo do Banco do Brasil, mas isso também aconteceu com a Caixa Econômica e mês passado eu recebi a visita do superintendente geral do Banco do Brasil que trata da gestão das contas públicas dos*

## CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

### Olinda Patrimônio da Humanidade

contábeis, financeiras e econômicas também, Olinda saiu do rating D para o rating B. Olinda hoje tem o segundo menor risco no rating do Banco do Brasil, isso é um ganho enorme para nossa cidade. Significa dizer que instituições financeiras como o Banco do Brasil já veem em Olinda, na gestão atual, responsabilidade suficiente para aplicar recursos nessa cidade com o mínimo de garantia porque, como consequência disso, o banco sabe que tem o mínimo de risco de fazer uma operação, principalmente uma operação de longo prazo e não receber ou ter algum problema, impedimento de receber. Mas isso são dados que estou trazendo, não significa dizer que estou antecipando essa discussão que envolve uma série de outras justificativas, não apenas a justificativa de se pode ou não pode tomar, se tem liquidez suficiente ou não tem, se é capaz de gerar receita para pagar ou não pagar, então cabe a mim apenas elucidar os fatos do ponto de vista fiscal, financeiro e econômico.” **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL)**: “Eu entendo que essa discussão da capacidade tem que avaliar também outros ingredientes, eu acho que vai haver várias discussões aqui com relação a isso e, se a gente precisar também do seu apoio na questão de audiências que poderão vir a acontecer, com certeza eu sei que o Município vai nos oferecer essas informações.” O secretário legislativo Júnior Lyra lembrou um questionamento não respondido pelo secretário Luciano Brasileiro. **SECRETÁRIO EXECUTIVO DA FAZENDA (LUCIANO BRASILEIRO)**: “Como eu tinha falado, nesses 680 milhões estão inclusos todas as fontes e a gente é obrigado, a cada quadrimestre, rever não só a LOA, mas também rever a LDO e no final de julho, a gente faz essa revisão e encaminha para aqui. O que houve é o que já vem sendo aferido também nos exercícios anteriores, é uma lacuna na Fonte 102, que é a fonte de capital, a fonte de convênios, é preferível e Tribunal de Contas até orienta, é preferível que a gente tenha um orçamento, no ponto de vista da previsão para a Fonte 102 superavitário do que ter um orçamento curto nessa fonte e, diante de uma situação em que o Governo Federal, por exemplo, queira aportar algum recurso para um convênio específico não previsto, aí por falta de orçamento impedir o Município de receber aquele convênio. Então, já terminando o segundo quadrimestre, a gente já fica obviamente com um horizonte mais próximo da realidade. Então, a gente faz a revisão da LDO já entendendo mais ou menos como vai se comportar essa fonte específica de receita (Fonte 102) até o final do exercício, é ela que dá essa diferença.” **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL)**: “Qualquer outro detalhe que houver, os vereadores que não estão presentes mas que vão ter acesso à ata e que puderem questionar, podem fazer diretamente ao secretário via requerimento ou ofício, não tem dificuldade nenhuma.” O Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência pública. E como mais nada constou, lavrou-se a presente ata que será assinada pelo Presidente e pela Secretária.



Jorge Salustiano de Sousa Moura  
(Presidente)

Maria das Graças Barbosa Morais Fonseca  
(Secretária)